

# INOVAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE MUNICÍPIOS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE NO RECÔNCAVO DA BAHIA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

## INNOVATION AND REGIONAL DEVELOPMENT OF SMALL AND MEDIUM-SIZED MUNICIPALITIES IN BAHIA: CHALLENGES AND OPPORTUNITIES

Iuri Clauton Paixão dos Santos <sup>1</sup>

João Soares de Oliveira Neto <sup>2</sup>

Jesus Carlos Delgado Garcia <sup>3</sup>

**Resumo:** O desenvolvimento regional em suas diversas esferas está intimamente ligado à melhoria das dinâmicas e estruturas dos ambientes de inovação e empreendedorismo das cidades, sejam elas urbanas ou rurais. Grande parte dos municípios baianos compartilham o desafio de estruturar estes ambientes, pois envolve a concepção e execução de iniciativas e políticas públicas, identificação e participação de múltiplos atores estratégicos nos mais variados eixos de atuação. O presente estudo busca identificar quais os principais desafios em comum dos Municípios de Pequeno e Médio Porte do Recôncavo da Bahia na busca do desenvolvimento regional, e por outro lado propor alternativas de atuação. A proposta metodológica conceitua-se como uma pesquisa exploratória de caráter descritivo, e utiliza técnicas de revisão bibliográfica e documental. Dentre os principais resultados, destaca-se o papel do estímulo à inovação e empreendedorismo como importante elo propulsor do desenvolvimento regional para os municípios do Recôncavo da Bahia.

**Palavras-chave:** Ambientes de Inovação. Territórios inteligentes e Arranjos Produtivos Locais.

**Abstract:** Regional development in its various spheres is closely linked to the improvement of the dynamics and structures of the innovation and entrepreneurship environments of cities, whether urban or rural. Most municipalities in Bahia share the challenge of structuring these environments, as it involves the design and execution of public initiatives and policies, identification and participation of multiple strategic actors in the most varied axes of action. The present study seeks to identify the main challenges in common of the Small and Medium-sized Municipalities of the Recôncavo of Bahia in the search for regional development, and on the other hand to propose alternatives of action. The methodological proposal is conceptualized as an exploratory research of descriptive character, and uses techniques of bibliographic and documentary review. Among the main results, we highlight the role of stimulating innovation and entrepreneurship as an important driving link of regional development for the municipalities of the Recôncavo of Bahia.

**Keywords:** Innovation Environments. Smart Territories and Local Productive Arrangements.

- <sup>1</sup> Graduado em Administração (UNIFACS), Mestre em Gestão Pública e Segurança Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Atualmente é professor na Unifacemp e Analista de Negócios do Sebrae Bahia. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4269395170599973>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4965-1811>. E-mail: [iuriclauton@gmail.com](mailto:iuriclauton@gmail.com)
- <sup>2</sup> Doutor em Engenharia Elétrica pela Universidade de São Paulo e em Computação pela Université Paris-Saclay. Mestre em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É professor na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7684760158783143>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1465-7797>. E-mail: [jneto@ufrb.edu.br](mailto:jneto@ufrb.edu.br)
- <sup>3</sup> Doutor em Ciências Sociais: Política pela Pontifícia Universidade (PUC), Mestre Ciências Sociais: Sociologia Política, pela PUC. É Professor Adjunto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8366986031095651>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9534-1096>. E-mail: [jesus.carlos@ufrb.edu.br](mailto:jesus.carlos@ufrb.edu.br)

## Introdução

A busca pelo desenvolvimento social, científico e econômico é comum a qualquer município, território ou país, e possui uma estreita relação com o processo de melhoria dos ambientes de inovação e empreendedorismo das cidades, sejam elas urbanas ou rurais (SACHS, 2000; BANDEIRA, 1999). Este processo se constitui em um grande desafio em comum para grande parte dos Municípios de Pequeno e Médio Porte (MPMP) da Bahia, pois envolve desde a necessidade de execução de iniciativas e políticas públicas, ao envolvimento dos múltiplos atores ou stakeholders essenciais para a execução destas ações, nos mais variados eixos de atuação pertencentes ao território (SECTI, 2021).

Desta forma, ao verificar que diversos municípios e regiões partilham de características comuns sejam econômicas, sociais e culturais, é possível pensar na possibilidade de que eles encontrem formas em conjunto de resolver ou amenizar os problemas, assim como de potencializar oportunidades de desenvolvimento. O trabalho em conjunto dos MPMP pode proporcionar uma maior economia e efetividade, e consequentemente a melhoria da qualidade de vida das regiões. Este pensamento é contemplado por Storper (1997), Maillat (1998) e Crevoisier (2001) ao abordar que os territórios possuem atributos que possibilitam o compartilhamento de informações e atividades entre os diversos agentes e atores. Bem como por Cassiolato e Lastres (2003) ao afirmar a importância da constituição de Arranjos Produtivos Locais (APL) para a melhoria dos ambientes de negócios e inovação dos territórios.

O processo de desenvolvimento do Brasil trouxe a latente necessidade do estímulo à tecnologia e inovação (ARBIX et al, 2017). A confluência entre desenvolvimento sustentável, inovação e empreendedorismo é uma tendência global, Subirats (2005) descreve o papel fundamental de pensar nas políticas públicas de forma sustentável, Sobral e Santos (2019) enfatizam o poder catalisador das inovações científicas e tecnológicas para as políticas públicas. E Delgado Garcia (2020) aborda a importância da inovação e da construção de indicadores de impactos sociais para o desenvolvimento do país.

Este pensamento ainda é reforçado pela resolução AGNU 70/1 da Organização das Nações Unidas (ONU), a Agenda 2030 como é conhecida, que define os 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) em escala global. É importante destacar que desde o ano de 2015 o Brasil é signatário da Agenda 2030, e dos 17 ODS previstos 5 estão diretamente relacionados ao conceito de fortalecimento e desenvolvimento de Políticas de Cidades Inteligentes, Empreendedorismo e Ecossistemas Locais de Inovação (ODS BRASIL, 2021).

A inovação é uma característica fundamental para a construção de estratégias de sucesso, Bessant e Tidd (2009) destacam que a inovação potencializa a capacidade de mudança, e contribui para o desenvolvimento econômico e social de empresas e regiões. Diante deste contexto e dada a importância de se pensar em um processo de desenvolvimento sustentável, tecnológico e inovador, seja em âmbito nacional ou regional, é fundamental analisar as conjunturas, diretrizes e dificuldades enfrentadas pelos MPMP, e quais as melhores estratégias para a atuação conjunta destes municípios, pois, eles representam 94% dos municípios brasileiros, e são caracterizados por terem uma população de até 100 mil habitantes (IBGE, 2017; IPEA, 2021).

Dentre os estados brasileiros a Bahia se destaca, por ser o quarto mais populoso com 14,9 milhões de habitantes, e contribuir com 4,1% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e 28,5% do Nordeste, sendo a sétima economia brasileira no ano de 2018. Além de possuir 27 territórios de identidade e 417 municípios, dos quais 400 são caracterizados como MPMP. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baiano está em 0,660, o que coloca a Bahia em 22º lugar dos 27 estados brasileiros (SEI, 2020).

A região do Recôncavo da Bahia (RRB) é um importante território de identidade composto por 19 municípios, todos caracterizados como MPMP, com uma população de 576.672 habitantes, conforme o IBGE (2010). O IDH do recôncavo mostra que 18 municípios estão com índice superior a 0.6, e o Índice de GINI que avalia a distribuição de riqueza está em 0.569, quanto maior o índice mais desigual é a distribuição (SDR, 2021). Estes dados mostram a importância de se pensar em formas de melhoria do contexto econômico e social baiano, e que possibilidades de investimento em inovação, em estratégias de cidades inteligentes e arranjos produtivos locais, destacam-se como

alternativas para a garantia do desenvolvimento sustentável destes territórios.

Assim, o presente estudo busca analisar quais os principais problemas e desafios em comum dos MPMP do Recôncavo da Bahia na busca do Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), e as estratégias mais assertivas para sua resolução. As atividades e discussões promovidas por este estudo, tem como foco subsidiar ações para a melhoria do ambiente de inovação, e conseqüentemente propor avanços no desenvolvimento social e econômico dos municípios de pequeno e médio porte do Recôncavo da Bahia.

## Referencial teórico

### A inovação e desenvolvimento regional

O conceito de inovação é amplo e vários autores e instituições buscam sua definição, a LEI 13.243 de 2016, define inovação como ações, processos ou instrumentos que promovam novidades ou aperfeiçoamentos nos diversos ambientes, produtivos ou sociais. Sejam para produtos, serviços ou pessoas, e que resultem em melhorias e ganho de qualidade ou desempenho. Bessant e Tidd (2009) já acrescentam ao termo inovação, a capacidade de mudança e sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social de empresas e regiões.

O processo de desenvolvimento da inovação no Brasil foi acompanhado de importantes marcos, para fins deste estudo destaca-se os marcos que contribuíram com este processo. Em 1993 houve a instituição dos Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial (PDTI) e Programas de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário (PDTA) através da Lei nº 8.661, que dispõe sobre o incentivo ao desenvolvimento tecnológico e industrial. No ano de 2004 a foi criada a Lei nº10.973, considerada a lei da inovação, que estabeleceu as diretrizes gerais de apoio à inovação, e a criação de incentivos fiscais. Já em 2005 foi promulgada a Lei 11.196 conhecida como a Lei do Bem, que concedeu oportunidade de incentivos fiscais à pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, sem prévia aprovação.

Os incentivos e benefícios para pesquisa e inovação foram regulamentados por diversas leis, decretos e instruções normativas (Lei nº 11.774/2008, 12.350/210 e 12.546/2011); contribuindo para a melhoria do ambiente inovador brasileiro. Em 2016 há um destaque para a criação do Código de Ciência, Tecnologia & Inovação através da Lei nº 13.423/2016, que teve como proposta a organizar todos os assuntos concernentes à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), padronizar as diversas nomenclaturas utilizadas, ampliar os instrumentos de apoio à inovação em empresas. Sua regulamentação foi através do Decreto nº 9.283 de 2018.

Pensar em inovação é também analisar as configurações e união de diversos atores e instituições que juntas contribuem para o processo de apropriação, desenvolvimento e execução de iniciativas. As metodologias mais utilizadas para representar esta confluência de atores são a triple hélice inicialmente utilizada para traçar modelos de inovação regional da Rota 128 em Boston por Georg Simmel (Wolff, 1950), teve reconhecimento em vários países ao definir a interação entre universidade, governo e empresa. Atualmente a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia (SECTI) utiliza uma adaptação desta metodologia, a quádrupla hélice de Audy e Pique (2018), que acrescenta mais um ator a este movimento, a “Sociedade”.

A contribuição da inovação para o desenvolvimento regional sustentável, é ressaltada por diversos autores como Arbix (*et al.* 2017) e Balbachevsky (2010). Para Bruseke (1195), pensar em desenvolvimento sustentável é propor alternativas para o crescimento da região ou país, de forma a satisfazer as necessidades atuais e garantir as necessidades futuras. E Cavalcanti (1991) amplia o conceito ao trazer a necessidade de se pensar em um desenvolvimento sustentável que aborde as esferas sociais, ambientais e econômicas. Neste aspecto as políticas públicas são essenciais neste processo.

### Política pública e inovação

A definição de Políticas Públicas é abrangente, envolve uma profunda reflexão sobre os conceitos de Estado, Sociedade, Economia e ações desenvolvidas para a sua manutenção, desenvolvimento e expansão (SOUZA, 2006). Ao buscar entender os principais aspectos das Políticas Públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação (PPCT&I) e como as mesas contribuem para o desenvolvimento do país, inicialmente, é preciso identificar os principais conceitos de políticas públicas. Diversos autores trazem os conceitos de política pública, como Peters (1986) ao definir como as diversas atividades desenvolvidas pelos governos de forma direta ou indireta que afetam a sociedade, e Lasswell (1936) que abordar pensar nas políticas públicas através de questões problemas: como, porque, qual impacto e quanto.

Ao correlacionar os principais aspectos característicos das políticas públicas, Souza (2006) aborda a abrangência e o envolvimento essencial do governo, a necessidade de solucionar problemas e o impacto gerado nos diversos segmentos da sociedade. Bem como, Nandy (2000) corrobora com estes pensamentos ao enfatizar que o Estado desempenha o importante papel na manutenção das necessidades da sociedade. Assim, ao analisar a origem, concepção e planejamento das políticas públicas, é importante enfatizar seu papel como campo de conhecimento que auxilia a manutenção do governo e sua análise.

Seu início como disciplina, teve origem nos Estados Unidos e na Europa com o enfoque nas teorias sobre o papel do Estado, tendo seu auge nos Estados Unidos com a Guerra Fria e a valorização da tecnocracia. É possível identificar importantes contribuições para o campo de políticas públicas, com H. Simon e seu conceito da racionalidade limitada (policy makers), Lindblom e as relações de poder e integração, Easton e a relação sistêmica entre formulação, resultados e o ambiente (SOUZA, 2006).

A gestão de políticas públicas é essencial para a garantia do bem-estar social e manutenção do Estado, conforme Boullosa (2014) sua implementação deve ser analisada e estudada, pois existem diversos problemas públicos, que podem existir mesmo sem o reconhecimento do Estado. Assim, Arbix (et al. 2017) e Nandy (2000) destacam que as políticas públicas e especificamente as de PPCT&I em sua grande maioria, são lógicas desenvolvidas a partir interesses e valores voltados para o capital, mesmo no Brasil onde a implementação da PPCT&I foi estabelecida durante um governo de esquerda, além de em muitos casos não ser elaborada de forma consensual com todos os atores necessários.

A partir destes princípios, Dias (2011) ressalta a importância das PPCT&I no desenvolvimento científico, econômico e industrial, sendo possível traçar diversos eixos de atuação como: programas de pesquisa e inovação, geração de conhecimento, tecnologia e desenvolvimento industrial, dentre outros. Desta forma, ao se pensar no papel do Estado, como gestor e operador destas políticas, Dias (2011) aborda a necessidade de se pensar no conceito de “Agenda” desta política em âmbito local e nacional, que por sua vez parte em muitos casos das necessidades e estratégias políticas do Estado.

Neste aspecto, Arbix (et al. 2017) corrobora com este pensamento, ao afirmar que é preciso que todos os atores estejam envolvidos na agenda da política, além da necessidade de subvenção econômica, fomento, incentivo a inovação e pesquisa. Desta forma, ao se analisar o papel essencial das PPCT&I para o desenvolvimento do país e melhoria na qualidade de vida da população, bem como, a identificação e necessidade de envolvimento dos diversos atores ou stakeholders, é possível pensar na necessidade de melhoria e manutenção de um Ecossistema de Inovação.

## **A importância do empreendedorismo**

O termo empreendedorismo remonta desde a antiguidade, mas a partir do século XVIII o economista Cantillon (1725, apud HISRICH; PETERS, 2004) iniciou a relatar suas primeiras definições sobre o que é empreendedorismo e o que significa. Dolabela (1999), também ressalta que o termo empreendedorismo é um neologismo da palavra francesa *entrepreneurship* utilizada para enfatizar estudos referentes ao empreendedor.

Além disso, é importante enfatizar que o empreendedor e o investidor de capital são pessoas diferentes, conforme Cantillon (1725) é a pessoa que assume o risco do negócio. O dicionário Aurélio da Língua Portuguesa ainda reforça o significado do termo empreendedor como

sendo “ativo, arrojado, cometedor [...], aquele que empreende” e empreender como “Deliberar-se a praticar, propor-se, tentar [...] pôr em execução”. Assim, vale ressaltar que o empreendedorismo vai muito além de somente abrir uma empresa ou negócio, sendo ainda um fenômeno cultural que aos poucos vai se ligando ao processo educacional brasileiro.

O empreendedorismo vai além da esfera privada e do ambiente empresarial, é possível e fundamental pensar de forma empreendedora e inovadora também na gestão do Estado, e na execução de suas diversas iniciativas. Sendo fundamental a adoção pelo Estado de estratégias de inovação, incentivo à pesquisa e desenvolvimento (MAZZUCATO, 2014). Vários autores se dedicam a conceituar o que venha a ser o empreendedorismo público, tendo em mente as limitações e especificidades políticas e econômicas das empresas e organismos estatais. É preciso compreender também os aspectos culturais envolvidos no processo de apropriação do empreendedorismo público, e Currie *et al.* (2008) enfatiza a necessidade de se trabalhar a proatividade, adaptação e capacidade inovadora. Assim é possível compreender que independente de ser na esfera pública ou privada, pensar de forma empreendedora é fundamental para a garantia do desenvolvimento.

O Brasil é um país empreendedor, estando entre os 5 países mais empreendedores do mundo, segundo dados do levantamento Global Entrepreneurship Monitor (GEM 2017) no Brasil, a cada 100 brasileiros e brasileiras adultos com idades entre 18 e 64 anos, 36 deles estavam conduzindo alguma atividade empreendedora. Muito difundido no Brasil, o empreendedorismo tem alcançado importantes avanços e destaque desde a década de 1990, tendo um grande papel na transformação da sociedade brasileira. Ele contribui para o crescimento do país, estimula a concorrência e um ambiente de inovação, pois conforme Dornelas (2005) o empreendedor está disposto a assumir riscos e a sempre começar algo novo, os empreendedores são responsáveis por quebras de barreiras comerciais e mudanças nas relações trabalhistas e às vezes sociais.

Segundo dados do BNDES às Micro, Pequenas e Médias Empresas - MPME representam cerca de 98% do total de empresas existentes no Brasil. Assim correspondendo a 60% dos empregos gerados e 43% da renda total dos setores industrial, comercial e de serviços. Além disso, o surgimento destas novas empresas contribui para o aumento do PIB e a redução das taxas de desemprego.

Neste sentido, Sarfati (2013) corrobora com o conceito de que o empreendedorismo tem uma grande importância para o desenvolvimento regional, social e econômico e ainda resalta que os gestores públicos já visualizam a educação empreendedora como alternativa para esse desenvolvimento. Diante deste contexto, a educação empreendedora tem sido implementada como um instrumento de conscientização e potencialização dos cidadãos brasileiros, tendo como objetivo fomentar a abertura de novos negócios, das inovações e distribuição de riquezas (DOLABELA, 1999). Desta forma, diversas instituições foram criadas e instituídas para promover a educação empreendedora e o empreendedorismo público e privado no Brasil, dentre elas destaca-se o Serviço de Apoio às Micro e Pequena Empresa – SEBRAE.

## As estratégias de cidades inteligentes

As Estratégias de Cidades Inteligentes (ECI) ou seu termo em inglês *Smarty City*, tem sua origem em 1992, ao buscar-se conceituar o fenômeno do Desenvolvimento urbano e sua sinergia com a tecnologia, inovação e globalização, ao passar do tempo o termo foi aprimorado para representar a aplicação das Tecnologias de Informação e Comunicação nas cidades (Rizzon *et al.* 2017). Para Giffinger *et al.* (2007) e Mora *et al.* (2017) as ECI designam uma visão holística, composta pela combinação de fatores como capital humano e social, com os recursos naturais e econômicos, baseadas em soluções com abordagens tecnológicas e inovadoras que promovam o bem-estar social e desenvolvimento sustentável.

Dentro do contexto de cidades inteligentes é importante destacar algumas características ou eixos importantes, Giffinger *et al.* (2007) define como eixos estratégicos para cidades inteligentes a mobilidade, o planejamento, a qualidade de vida, a participação dos cidadãos e a utilização da tecnologia na governança.

Vale destacar que não é possível pensar em ECI separado dos seus cidadãos, ou seja, cidades



inteligentes precisam de cidadãos inteligentes. Mas o contexto aqui destacado como “cidadão inteligente” está além do grau de formação acadêmica comumente atrelado à inteligência, de acordo com Giffinger et al. (2007) pensar em cidadãos inteligentes é também analisar questões como criatividade, engajamento e participação na vida pública.

## Metodologia

A presente proposta de pesquisa caracteriza-se por uma pesquisa exploratória com foco descritivo, pois visa responder à questão: quais os principais problemas e desafios em comum dos Municípios de Pequeno e Médio Porte do Recôncavo da Bahia na busca do desenvolvimento regional sustentável, e por outro lado propor soluções/alternativas para estes problemas e desafios. Foram mapeados poucos estudos referentes a região do Recôncavo, assim existiu a necessidade de conhecer e se familiarizar com o tema, e a construção de cenários e hipóteses (GIL, 2017; MARCONI, LAKATOS 2017). Desta forma, ao se pensar em uma pesquisa exploratória e descritiva, o presente estudo terá uma abordagem quantitativa, perfazendo a utilização de uma revisão da literatura e análise documental para embasamento dos estudos e mapeamento das principais dificuldades e estratégias para o alcance do desenvolvimento regional sustentável (YIN, 2010; MINAYO, 1997).

Ao buscar identificar os aspectos legais e teóricos que contribuam para o alcance do DRS, e mapear as principais dificuldades, desafios e estratégias dos MPMP foi desenvolvida uma pesquisa quantitativa, que para Gil, (2017) é classificada por uma coleta de dados e seu devido tratamento estatístico. O caráter descritivo conforme Barros e Lehfeld (2000) baseia-se na necessidade de descobrir a frequência e os motivos que os fenômenos acontecem. Este processo foi desenvolvido em três etapas, sendo a primeira uma revisão sistemática da literatura, tendo como base os catálogos de teses e dissertações da CAPES, Google Acadêmico e publicações em periódicos científicos que tenham Qualis Capes mínimo de B3 na área de desenvolvimento regional, administração e inovação. Foram analisados em primeira instância as publicações mais recentes dos últimos dez anos que apresentaram, uma maior relevância para a temática proposta, através dos descritores: (inovação, políticas públicas, cidades inteligentes, arranjos produtivos locais, recôncavo da Bahia), e relevância foi medida pela quantidade de citações e impacto da publicação (MARCONI; LAKATOS, 2010).

A segunda etapa foi direcionada a complementar as informações analisadas através análise documental, para isso foi utilizada a técnica de categorização conforme descrita por Bardin (2011), os documentos utilizados foram os relatórios de gestão, pesquisas e publicações do Sebrae Bahia, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação da Bahia (SECTI) e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), do ano de 2010 a 2021, e os Planos Plurianuais (PPA) de 2018/2021 dos municípios mapeados. Como ressaltado por Gil (2017) e Santos (2000) o estudo destes documentos possibilita uma fonte rica e estável de dados primários.

A terceira etapa da pesquisa, se dedicou à análise e síntese dos dados encontrados. Tendo assim o momento de produção do conhecimento referente ao tema proposto, Cellard (2008) aponta esta etapa como o momento de reunir as informações, organizá-las tematicamente, interpretá-las criticamente e após sintetizá-las. Com os dados coletados e devidamente criticados, foi iniciada a análise hipotético-dedutivo com o intuito de identificar e listar os desafios, dificuldades e estratégias do MPMP na busca do DRS na região do Recôncavo da Bahia

## Dificuldades e desafios enfrentados por Mpmp Do Recôncavo Da Bahia na busca do desenvolvimento regional

A busca pelo DRS é comum aos municípios e regiões brasileiras, em grande parte instigada por atores estratégicos, a sociedade civil organizada e pela busca de sinergia com padrões de desenvolvimento global ou atendimento a legislações específicas. De forma geral, regiões que partilham características em comum como economia, densidade populacional, PIB, renda per capita, qualidade educacional dentre outros, possuem desafios semelhantes ao tentar implementar iniciativas e estratégias para o alcance do DRS.

Seja por questões econômicas ou pela busca de efetividade e melhores resultados, é possível pensar que estas cidades que possuem desafios e dificuldades em comum e estão geograficamente próximas possam encontrar formas em conjunto de resolver estes problemas. Crevoisier (2001) e Maillat (1998) já apontavam a união de esforços entre regiões e cidades como alternativas de resolução de problemas.

A região do Recôncavo da Bahia (RRB) é um importante território de identidade composto por 19 municípios, todos caracterizados como MPMP (IBGE, 2010). Para o IBGE, (2016) e IPEA, (2021) os municípios de até 50 mil habitantes são considerados de pequeno porte e de 50 a 100 mil habitantes são considerados de grande porte. Compreender as características que aproximam estes municípios, e os seus principais desafios em comum no contexto da busca do DRS é o primeiro passo para a proposição de alternativas viáveis de atuação em conjunto. A figura 1 demonstra como estão classificados os territórios da RRB.

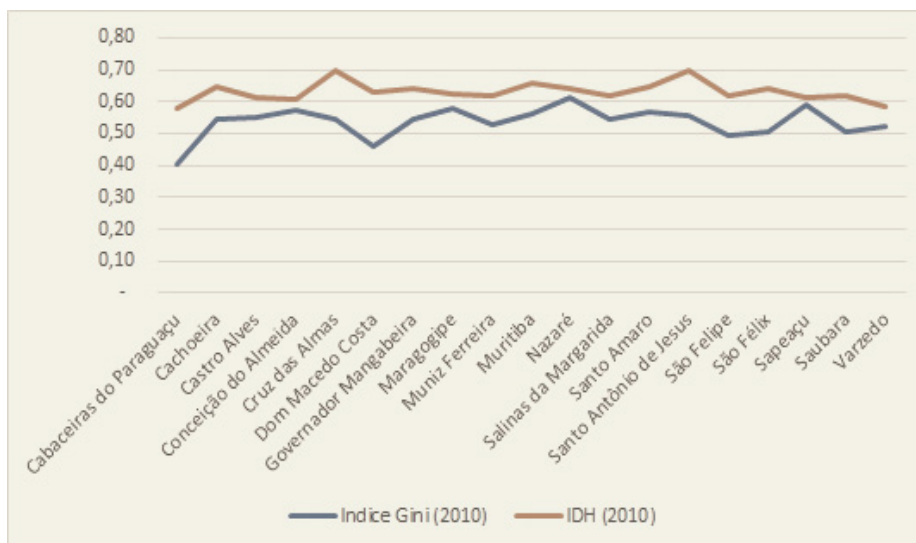
**Figura 1.** População residente e taxa de crescimento populacional Recôncavo da Bahia

Região geográfica	População total 2000	População total 2010	Taxa de Crescimento 2000 - 2010
<b>Bahia</b>	<b>13.085.769</b>	<b>14.016.906</b>	<b>7,1%</b>
<b>TI Recôncavo</b>	<b>485.168</b>	<b>514.792</b>	<b>6,1%</b>
Cabaceiras do Paraguaçu	15.547	17.327	11,4%
Cachoeira	30.416	32.026	5,3%
Castro Alves	25.561	25.408	-0,6%
Conceição do Almeida	18.912	17.889	-5,4%
Cruz das Almas	53.049	58.606	10,5%
Dom Macedo Costa	3.748	3.874	3,4%
Governador Mangabeira	17.165	19.818	15,5%
Maragogipe	41.418	42.815	3,4%
Muniz Ferreira	6.941	7.317	5,4%
Muritiba	30.644	28.899	-5,7%
Nazaré	26.365	27.274	3,4%
Salinas da Margarida	10.377	13.456	29,7%
Santo Amaro	58.414	57.800	-1,1%
Santo Antônio de Jesus	77.368	90.985	17,6%
São Felipe	13.699	14.098	2,9%
São Félix	20.228	20.305	0,4%
Sapeaçu	16.450	16.585	0,8%
Saubara	10.193	11.201	9,9%
Varzedo	8.673	9.109	5,0%

**Fonte:** SEI, (2016)

Além de características semelhantes quanto ao perfil populacional, é possível ver similaridades nas condições socioeconômicas dos municípios da RRB. A figura 2 demonstra os índices de IDH e GINI das cidades que compõem a RRB, ao analisar os índices é possível observar como estes municípios possuem características em comum, o que remete a possibilidade de desafios em comuns, principalmente nas esferas econômica e social.

**Figura 2.** Relação dos índices GINI e IDH dos municípios do recôncavo da Bahia



**Fonte:** Elaborado a partir de IBGE 2010 e SEI (2018)

Através da análise documental realizada nos relatórios de gestão e publicações sobre a região do Recôncavo da Bahia, disponibilizados pela SECTI, Sebrae Bahia, SEI e os PPA dos municípios, foi possível mapear os principais desafios e dificuldades em comum da RRB. Vale ressaltar que os desafios aqui citados não foram os únicos encontrados, mas os mais relevantes ao se comparar o número de referências durante o processo de pesquisa e impactos gerados.

O primeiro grande desafio encontrado pelos MPMP do recôncavo da Bahia que se desdobra em diversas iniciativas é a implantação e desenvolvimento dos ODS, que apesar de prever os possíveis caminhos para o desenvolvimento sustentável, sua aplicação exige dos municípios um conjunto de ações, investimentos e preparações que os mesmos em sua grande maioria, ainda não estão aptos a realizar. Ao analisar os 17 ODS propostos na Agenda 2030, foram mapeados os cinco objetivos que mais demandam a atenção dos municípios da RRB:

- Objetivo 1: Assim as iniciativas para erradicação da pobreza;
- Objetivo 2: A luta pela fome zero e agricultura sustentável;
- Objetivo 4: Necessidade de proporcionar educação de qualidade;
- Objetivo 9: Incentivar a indústria, inovação e a melhoria das infraestruturas dos municípios;
- Objetivo 11: Preparação de cidades e comunidades sustentáveis.

O segundo grande desafio se concentra na necessidade de geração de emprego e renda, conforme dados do caderno de indicadores territoriais do recôncavo SEI (2019) a região tem como principais atividades econômicas a agricultura, pecuária, comércio e serviços. Mas em 2010 a taxa de desocupação do recôncavo estava em 11,5 % conforme dados da SEI (2019), o que revela uma necessidade de criação de postos de trabalho e fomento da economia na região.

O terceiro desafio está atrelado a melhoria da infraestrutura das cidades e gestão governamental, em áreas como educação, saúde e mobilidade. O Sebrae a nível nacional e no Estado da Bahia tem desenvolvido um intenso trabalho em prol do desenvolvimento regional e melhoria da gestão dos municípios, as principais ações neste sentido são realizadas através do Programa Cidades Empreendedoras (PCE). O PCE é fruto de um diagnóstico realizado pelo Sebrae sobre os principais desafios dos municípios em busca da transformação local e implantação de políticas de desenvolvimento, a RRB é um território estratégico para a aplicação do PCE.

Na RRB as principais necessidades identificadas foram o fortalecimento dos eixos estratégicos de liderança, compras públicas, desburocratização e educação empreendedora. Dos 19 municípios do Recôncavo da Bahia o PCE já foi desenvolvido em 05 (Santo Amaro, Cachoeira, Castro Alves, Nazaré e Santo Antônio de Jesus) e está sendo executado no ano de 2021 em 3 cidades (SEBRAE 2021).

Através do processo de levantamento documental foi possível mapear e sistematizar os



principais desafios da RRB e as estratégias que estão sendo desenvolvidas por diversos órgãos e municípios como possíveis soluções. O quadro 1 sistematiza os dados encontrados ao longo da pesquisa.

**Quadro 1.** Principais desafios e possíveis soluções mapeados nos municípios do Recôncavo da Bahia em busca do DRS

DESAFIOS	SEBRAE	SECTI	MUNICIPAIS
Aplicação dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável; Redução das Desigualdades; Preparação de cidades e comunidades sustentáveis.	Melhoria do Ambiente de Negócios e Inovação; Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios; Fomentar o empreendedorismo para fortalecer a economia nacional	Fomento ao Empreendedorismo e Educação Empreendedora; Desenvolvimento de Estratégias de cidades inteligentes; Desenvolvimento de Ecossistemas de Inovação	Foco nos cidadãos e suas necessidades; Melhoria e eficiência de processos; Sustentabilidade; Melhorar aspectos de governança; Incentivo ao Empreendedorismo; Melhoria das estruturas físicas dos municípios.

**Quadro 1.** Principais desafios e possíveis soluções mapeados nos municípios do Recôncavo da Bahia em busca do DRS (Conclusão)

DESAFIOS	SEBRAE	SECTI	MUNICIPAIS
Geração de emprego e Renda	Promover a Educação e cultura empreendedora	Inclusão Socioproductiva e Mundo do Trabalho Apropriação tecnológica	Foco nos cidadãos e suas necessidades; Melhoria e eficiência de processos; Sustentabilidade; Melhorar aspectos de governança; Incentivo ao Empreendedorismo; Melhoria das estruturas físicas dos municípios.
Melhoria da infraestrutura das cidades (mobilidade, controle de tráfego e moradia)	Articular e fortalecer a rede de parceiros estratégicos. Melhoria nos processos de gestão governamental. Programa Cidades Empreendedoras	Desenvolvimento de infraestrutura e soluções inovadoras; Implantação e operação de espaços de estímulo à pesquisa; Científica, tecnológica e de inovação;	

**Fonte:** Elaborado a partir de SEBRAE (2021), SECTI (2020), SEI (2018; 2019; 2020) e PPA municipais;

Assim, diante de um contexto extremamente complexo enfrentado pelo MPMP no Recôncavo da Bahia, algumas estratégias têm sido formuladas e desenvolvidas com o intuito de contribuir para a resolução dos desafios apresentados. Destacam-se neste cenário o papel primordial da inovação como importante elo entre estas estratégias, o que possibilita pensar que a inovação pode ser um caminho comum para estes municípios em busca do desenvolvimento sustentável.

É interessante notar que instituições como SEBRAE e SECTI já visualizam as estratégias de cidades inteligentes como alternativas para o desenvolvimento da região, mas grande parte dos municípios não se apropriam destas estratégias, embora em seus PPA já preveem atividades e ações que permeiam os conceitos de cidades inteligentes. O quadro 2 relaciona as estratégias e ações que estão sendo realizadas pelos municípios e as características das estratégias de cidades inteligentes, o que demonstra que apesar das ECI não estarem evidentes nos PPA da região, as atividades previstas pelos municípios estão em sintonia com as características das ECI.

Assim, as ECI são importantes alicerces para o desenvolvimento regional garantindo as condições ideais para o crescimento dos territórios e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos (GIFFINGER *et al.*, 2007).

**Quadro 2.** Correlação entre as estratégias municipais da RRB com os eixos da ECI.

PPA MUNICIPAIS	CARACTERÍSTICAS CIDADES INTELIGENTES
Foco nos cidadãos e suas necessidades.	Pessoas inteligentes, Mobilidade e Qualidade de vida
Melhoria e eficiência de processos.	Economia Inteligente e Governança Inteligente
Sustentabilidade.	Economia e Ambiente Inteligente
Melhorar aspectos de governança.	Governança Inteligente

**Fonte:** Elaborado a partir de PPA municipais e Giffinger et al. (2007).

Uma importante estratégia também mapeada são as atividades de incentivo ao empreendedorismo, ao se pensar em desenvolvimento o empreendedorismo destaca-se como uma importante alternativa. Dornelas (2005) já identificava que o fomento à inovação e empreendedorismo era fundamental para o avanço do país, Sarfati (2013) corrobora com este conceito, ao relacionar a importância do empreendedorismo para o desenvolvimento regional, social e econômico. É possível observar diversas estratégias da gestão municipal e estadual em prol do incentivo à educação empreendedora e abertura de negócios.

Durante o processo de análise das estratégias executadas e planejadas pelos municípios estudados, não foram encontradas novas propostas ou iniciativas que visualizassem a união de esforços para resolução dos problemas comuns de forma compartilhada. Vale destacar, que na RRB existe o Consórcio Intermunicipal do Recôncavo Baiano (CIRB) criado em 2005 e que hoje conta com 16 cidades consorciadas, isto demonstra a necessidade de uma melhor utilização desta instituição e suas potencialidades. Para Storper (1997), Maillat (1998) e Crevoisier (2001) os territórios ou cidades podem utilizar o compartilhamento de informações e atividades entre seus diversos agentes e atores, como forma de melhoria dos processos. Santos, et al. (2006) aborda a importância da constituição de Arranjos Produtivos Locais (APL) e união de esforços para a melhoria dos ambientes de negócios e inovação dos territórios.

Um importante paralelo a ser considerado é que pensar em desenvolvimento local e regional não é antagônico, na verdade são interdependentes e complementares. Assim um grande desafio a ser considerado, é até que ponto a busca pelo desenvolvimento local de uma microrregião ou município, que de forma alguma se configura como algo ruim, pode dificultar a união de esforços em busca do desenvolvimento regional.

## Considerações Finais

A proposta deste estudo foi identificar quais os principais problemas e desafios em comum dos MPMP do Recôncavo da Bahia na busca do desenvolvimento regional, isto através de uma pesquisa descritiva e exploratória a partir dos dados publicados de instituições como o Sebrae, a SECTI, SEI e PPA municipais da RRB. O intuito foi identificar os principais desafios enfrentados por estes municípios, e analisar as iniciativas que já estão em desenvolvimento na região e propor alternativas para estes problemas e desafios.

Ao longo da pesquisa foram encontrados problemas e necessidades em comum enfrentados por grande parte dos municípios que compõem o Recôncavo da Bahia, como a implantação dos ODS previstos da Agenda 2030, a busca pela geração de emprego e renda e a melhoria na infraestrutura das cidades e da gestão governamental. Os pontos identificados estão em consonância com o que mostra os indicadores sociais e econômicos do recôncavo (PIB, IDH e GINI) e diagnóstico das instituições analisadas.

Diante dos desafios encontrados pelos MPMP do recôncavo foram identificadas alternativas viáveis para sua resolução, como a adoção de estratégias de cidades inteligentes, a melhoria do ambiente de negócios e inovação, o desenvolvimento do ecossistema de inovação, a articulação e fomento da rede de parceiros estratégicos e a melhoria da gestão governamental. É interessante

notar como a inovação perfaz todas as soluções e alternativas identificadas, agindo como um elo e ponto em comum nos processos e propostas apresentadas.

É possível observar que muitos são os desafios comuns enfrentados pelos MPMP desta região, além disto, as alternativas e possíveis estratégias para sua resolução envolvem um conjunto de fatores e atividades, que em certo ponto são complexas para serem desenvolvidas por municípios de médio e pequeno porte de forma individual. Em sua maioria os MPMP carecem de aspectos essenciais como tecnologia, investimentos, recursos humanos e físicos que são cruciais para o desenvolvimento destas estratégias.

Por esta razão, pensar na resolução em conjunto dos desafios é algo extremamente importante e válido, a organização de arranjos produtivos, criação e fortalecimento dos consórcios municipais e iniciativas conjuntas, mostram-se eficientes para a obtenção de bons resultados e proporcionam economia e eficácia quando bem geridas e organizadas.

Merece destaque as poucas informações sistematizadas e publicadas sobre a região do Recôncavo da Bahia e os problemas e iniciativas que os MPMP possuem para o alcance do desenvolvimento regional. Dentre as principais soluções apresentadas para o DRS dos municípios do recôncavo, destacam-se as estratégias voltadas para cidades inteligentes, empreendedorismo e inovação. Neste sentido é latente a necessidade de se analisar como essas estratégias estão sendo apropriadas pelos MPMP e os passos necessários para sua efetivação.

## Referências

ARBIX, G.; SALERNO, M. S.; AMARAL, G.; MELO LINS, L. Avanços, equívocos e instabilidade das Políticas de Inovação no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 36, p. 9- 28, 2017.

AUDY, J., & PIQUE, J. Parques científicos e tecnológicos e seu papel no desenvolvimento econômico e social das cidades. p. 21. Brasília/DF: **Anprotec**, 2018

BANDEIRA, Pedro. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. 1999.  
BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: 2011

BARROS, A. J. S. e LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de Metodologia: Um Guia para a Iniciação Científica**. 2 Ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e empreendedorismo**. Bookman Editora, 2009.

BOULLOSA, Rosana de Freitas. Políticas públicas. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 144-148

BRASIL, Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. **Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm/)>, acesso em 10 de maio de 2021

BRASIL. Decreto n. 9.283, de 7 de fevereiro de 2018. **Diário Oficial da União, 08 de fev. de 2018**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9283.htm/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9283.htm/)> acessado em 09 de maio de 2021

BRASIL. Lei n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004. **Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências**. Diário oficial da União, Brasília, 03 de dez. de 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm/)> acessado em 09 de maio de 2021

BRASIL. Lei n. 13.243, de 11 de janeiro de 2016. **Diário oficial da União, Brasília, 12 de dez. de 2016**.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm/)> acessado em 09/05/2021

BRÜSEKE, Franz Josef. **O problema do desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** São Paulo: Cortez, 1995.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena MM. **O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas.** Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 21-34, 2003.

CASTRO ALVES, LEI MUNICIPAL N.º 828 de 13 de Novembro de 2017. **Dispõe sobre o Plano Plurianual 2018/2021. Diário Oficial do Município,** Disponível em: <<http://castroalves.ba.io.org.br/diarioOficial/download/177/434/0/>>, Acesso em 10 de julho de 2021

CELLARD, André et al. **A análise documental.** POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, v. 295, p. 2010-2013, 2008.

CREVOISIER, O. **L'approche des milieux innovateurs: état des lieux et perspectives.** Revue d'Économie Régionale et Urbaine, n.1, p.153-165, 2001

CRUZ DAS ALMAS, LEI MUNICIPAL 2577 de 18 de dezembro de 2017. **Dispõe sobre o Plano Plurianual 2018/2021.** Diário Oficial do Município, Disponível em: <<http://castroalves.ba.io.org.br/diarioOficial/download/177/434/0/>>, Acesso em 10 de julho de 2021

CURRIE, G.; et al. **Entrepreneurial leadership in the English public sector: Paradox or possibility?** Public Administration, EUA. v. 86, n. 4, p. 987-1.008, 2008

DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI, Pedro Rodrigues. **A corrupção no Brasil.** Edições Siciliano, c, 1991.  
DELGADO GARCIA, J. C. (2020). Indicadores de Impacto Social da Política de CT&I: Iniciativas. In: Lidiane Mendes Kruschewsky Lordelo; Neilton da Silva; Jesus. **Políticas Públicas e Veredas da Cidadania**, pp. 257-277, disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/editora/titulos-publicados/>> Acesso em 12 de junho de 2021

DIAS, R. B. **O que é a política científica e tecnológica?** Sociologias (UFRGS. Impresso), v. 13, p. 316-344, 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/soc/v13n28/11.pdf>

DOLABELA, Fernando. **Oficina do Empreendedor: A metodologia do ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza.** São Paulo: Cultura, 1999.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo, Transformando Ideias em Negócios.** São Paulo: Elsevier, 2005.

FUNDEP. **Marco regulatório em ciência, tecnologia e inovação: texto e contexto da Lei M321 nº 13.243/2016** / [Organizado por] Fabiana de Menezes Soares [e] Esther 2018 Kùlkamp Eyng Prete. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2018

GIFFINGER, R., FERTNER, C., KRAMAR, H., KALASEK, R., PICHLER-MILANOVIC, N., & MEIJERS, E. (2007). **Smart Cities: Ranking of European Medium-Sized Cities.** Vienna, Austria.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017  
HISRIC, R. D.; PETERS, M. P. **Empreendedorismo.** 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação, Coordenação de Geografia.** – Rio de



Janeiro: IBGE, 2017

IBGE (2020). **Divisão político-administrativa e regional**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/>> Acesso em 19 agosto de 2020.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2021. **Avaliação de Políticas Públicas**. Publicações. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_alphacontent&section=30&category=420&Itemid=352/](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&section=30&category=420&Itemid=352/)>, Acesso em 10 de maio de 2021.

IPEA (2018). **ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: <<https://bit.ly/375sRL1/>>. Acessado em 13 julho de 2021.

IPEA. **Radar Novo Marco Legal**. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/radar/temas/industria/252-radar-n-43-o-novo-marco-legal-da-inovacao-no-brasil-o-que-muda-na-relacao-ict-empresa/>>. Acessado em 09 de maior de 2021

LASSWELL, H. *Politics: who gets what, when, how*. Cleveland: Meridian Books, 1936.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. **Técnicas de Pesquisa**. 8.ed. São Paulo:Atlas,2017.

MAILLAT, D. **From the industrial district to the innovative milieu: contribution to an analysis of the territorialised productive organisation**. Recherches Économiques de Louvain, Louvain: Université Catholique de Louvain/Institut des Sciences Économiques, v.64, n.1, p.111-129, 1998

MARAGOJIPE, **LEI MUNICIPAL 026/2017 de 03 de Janeiro de 2018**. Dispõe sobre o Plano Plurianual 2018/2021. Diário Oficial do Município, Disponível em: <https://sai.io.org.br/Handler.ashx?f=diario&query=1907&c=497&m=0>, Acesso em 10 de julho de 2021

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 174

MAZZUCATO, Mariana. **O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. Portfolio-Penguin, 2014.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. Mora, C., Dousset, B., Caldwell, I. et al. **Global risk of deadly heat**. Nature Clim Change 7, 501–506 (2017). <https://doi.org/10.1038/nclimate3322>

NANDY, Ashis. Estado. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento**. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 84-97

NETO, JSDO. **Inclusive Smart Cities: theory and tools to improve the experience of people with disabilities in urban spaces**. 2018. Tese de Doutorado ODS BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Síntese. Disponível em <<https://odsbrasil.gov.br/relatorio/sintese/>>. Acesso em 01 de junho de 2021

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

RIZZON, F., BERTELLI, J., MATTE, J., GRAEBIN, R. E., MACKE, J. (2017). **Smart City: um conceito em construção**. *Revista Metropolitana de Sustentabilidade*. Volume 7, no3. ISSN: 2318-3233. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/view/1378/>>. Acessado em 10 julho. 2021.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Editora Garamond, 2000.

SANTO ANTÔNIO DE JESUS, **LEI MUNICIPAL N.º 1425, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**. Dispõe sobre o Plano Plurianual 2018/2021. Diário Oficial do Município, V 4423. Disponível em: <<https://www.prefeituraj.ba.gov.br/Handler.ashx?f=f&query=1ac2a1bf-698e-4b51-8163-ee7874f5f9d3.pdf/>>, Acesso em 10 de julho de 2021

SANTOS, Antônio Silveira R. dos. **Reforma Administrativa E Terceiro Setor**. Rev. NDJ (SP) – jan.2000. SANTOS, JPC; SILVA KMGC; PEREIRA, SBM. **Tipologia dos municípios baianos com base em análise multivariada**. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia; 2011.

SARFATI, G. **Estágios de desenvolvimento econômico e políticas públicas de empreendedorismo e de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) em perspectiva comparada: os casos do Brasil, do Canadá, do Chile, da Irlanda e da Itália**. Revista de Administração Pública, vol. 47, n. 1, p. 25-48, 2013

SDR, Recôncavo da Bahia. **Publicações**. Disponível em <[http://www.portalsdr.ba.gov.br/\\_portal/Intranet/publicacao/intranet/](http://www.portalsdr.ba.gov.br/_portal/Intranet/publicacao/intranet/)>, acesso em 01/06/2021

SEBRAE. **Empreendedorismo e Pesquisa GEM, 2017**. disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/tipoconteudo/empreendedorismo?codTema=2/>> acesso em 20/10/2021

SECTI. **Planos e Linhas de Atuação**. disponível em: <http://www.secti.ba.gov.br/arquivos/File/TABELAS/PLANO.pdf> Acesso em 20/10/2021/ 10 maio de 2021

SECTI. **Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação da Bahia, 2021**. Análises. Disponível em: <<https://portaldeapoioadecisao.ba.gov.br/>> Acesso em: 10 maio de 2021

SEI. **Perfil Dos Territórios De Identidade Da Bahia**. Publicações. Bahia, v. 2, n14, 216, 2020

SEI. **Territórios de Identidade, 2021**. Publicações. <Disponível em: [https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2289&Itemid=265/](https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2289&Itemid=265/)> Acesso em: 10 maio de 2021

SOUZA, C. **Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura**. Sociologias (UFRGS),

STORPER, M. *The regional world*. New York: Guilford, 1997.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Recebido em 11 de abril de 2022.

Aceito em 23 de maio de 2023.